

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

4.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSAO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETARIO — Jorge Sato

2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETARIO — David Federmann

4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISAO DAS COMISSOES

COMISSOES TECNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSAO LEGISLATIVA

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielese Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETARIO: Rita Celestino Soares

REUNIOES: As quartas-feiras

COMISSAO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETARIO: Elcy Silva Baptista

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETARIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIOES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSAO DE INSTRUÇÃO PUBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETARIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE SAUDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielese Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIOES: As terças-feiras

COMISSAO DE POLICIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETARIO: Lólio Guimarães Sotto-Maior

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielese Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: José Tavares Canto Filho

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacemel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 66.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 15 de maio de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielese Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os srs. Deputados: David Federmann — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Domicio Scaramella e Ivo Rocha. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados: com a presença de 41 srs. Deputados.

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 11-74, que aprova termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 110-74.
Levanta-se a Sessão.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 67.^a Sessão Ordinária

Realizada em 15 de maio de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielese Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias, e Mauricio Fruct. (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Do Senhor Luiz G. V. Araujo, Presidente da Associação Comercial e Industrial da Cidade de Palmas, comunicando haver sido eleita a nova Diretoria daquela Associação, para o biênio 74 e 76. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor José Marcos Loureiro Prado, Diretor do Departamento de Trânsito, comunicando a esta Casa que o Detran elaborou minutos no sentido de regulamentar a concessão de alvarás que já foram aceitas e postas em execução em diversos Municípios. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

TELEGRAMA:

Do Senhor Ernani do Amaral Peixoto nos seguintes termos:
Acusando recebimento oficial essa presidência aprovação requerimento nobre deputado Domicio Scaramella sensibilizado agradeço homenagem prestada memória estadista Getúlio Dorneles Vargas saudações atenciosas. --
Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruct, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 31-74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa

de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 162-72, 143, 159, 163, 171, 173, 177, 201, 282-73, 14-73, 18-74, e para os de Resolução n.ºs 15-73 30-73 e 38-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de aplausos à Federação Nacional dos Engenheiros e ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná pela feliz iniciativa de homenagear seus filiados que exerceram esta nobre profissão por mais de 50 anos homenagem esta efetivada no último dia 13 no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Que este voto de aplausos seja estendido aos srs. Waldemiro Teixeira de Freitas, Alexandre Gutierrez, Genaro de Menezes Povoá, Gastão Chaves, João de Macedo Souza, João Pereira de Macedo, Lineu Ferreira do Amaral, Máximo Asinelli (post mortem), Raul de Azevedo Macedo, Othon Maeder (post mortem) Ricardo Gonçalves Pereira, Rivaldavia de Macedo, Durval Ribeiro, Henrique Stella Moreira, Theodoro Stresser Canac, Arthur Martins Franco e Childerico Bevilacqua, os homenageados que durante meio século, em suas profissões de engenheiro, ajudaram a erguer o Paraná à posição que ocupa, dignificando esta classe de profissionais liberais que tanto orgulha a nós paranaenses.

Requer, outrossim, seja enviado o teor deste Requerimento a todos os homenageados.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1974.

(a) Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer os bons ofícios desta Assembléia no sentido de fazer chegar às mãos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, veementemente apelo para que se concretize o asfaltamento do trecho da velha estrada que liga o Paraná a São Paulo a chamada estrada da Ribeira.

Justifica-se plenamente o aqui pleiteado: São Paulo tem a pavimentação complementada em todo o seu percurso, apenas restando ao Paraná obter o melhoramento. A região é servida com energia abundante, mas não existe o necessário incentivo para a instalação de indústrias, de vez que sofre o crivo de difícil acesso. O escoamento agrícola consequentemente está igualmente prejudicado. A estrada faz a ligação de uma notável atração turística que é o Parque Estadual de Campinhos e Nossa Senhora de Fátima.

Não bastassem estas fortíssimas razões para se reivindicar o asfalto, existe ainda o fato dessa estrada representar uma ligação de emergência nas eventuais interrupções da BR-116, o que já ocorreu em mais de uma vez.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1974.

(a) — Arthur de Souza.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado aos ilustres parlamentares que integram as Bancadas paranaense na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, expediente sugerindo a elaboração de Lei isentando as entidades assistenciais de todo o País do pagamento da Taxa Rodoviária Única quando forem emplacar os veículos de sua propriedade.

Esta sugestão, se concretizada, virá trazer um incentivo ainda maior para as entidades que operam no ramo da assistência ao desamparado. A abolição da TRU para as referidas entidades, temos certeza não causarão abalo aos cofres públicos, mas servirá para demonstrar o reconhecimento público para este tão importante setor da vida nacional.

Não sendo matéria da alçada da Assembléia Legislativa, levamos a sugestão aos Deputados federais e Senadores visando a elaboração da Lei que possibilitará tão significativa isenção.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1974.

(a) — Antonio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após consultado o Douto Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COPEL, Doutor Arturo Andreolli, solicitando sejam processados estudos visando a extensão de rede de energia elétrica para o Bairro dos França, que se localiza no Município de Ortigueira.

O referido Distrito até agora não possui esse tão importante melhoramento, apesar do seu progresso cada vez mais acentuado, tendo hoje 2 serrarias, farmácia, 2 postos de gasolina, 3 máquinas de arroz, 7 armazéns comerciais, 5 bares, 4 restaurantes, 1 açougue, 4 igrejas, oficina mecânica e 3 armazéns de cerealistas, além das residências.

Pelo movimento do comércio e pela razoável população, temos certeza que a reivindicação dos moradores do Bairro dos França é das mais justas, sendo merecedora de atendimento por parte da COPEL, daí o apelo que ora formulamos.

Sala das Sessões, 15 de maio de 1974.

(a) — Antônio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente Requer, envio da expediente a Sua Excelência o Senhor Emílio Hoffmann Gomes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, e ao Senhor Coronel Clóvis Cunha Vianna, Digníssimo Diretor da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, no sentido de que venham a ser expedidos títulos de domínio pleno sobre áreas já vistoriadas e de propriedade da referida Fundação, especialmente no Município de Nova Aurora e no Distrito de Cafelândia, Município de Cascavel, onde se encontram a maioria dos possuidores, já com pagamento efetuado e sem o competente domínio efetivo que se realiza através do fornecimento do título por parte do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1974.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

Em face do atual avançado ritmo de desenvolvimento que apresenta em toda sua área a região oeste do Estado do Paraná, e, em especial o Município de Nova Aurora e Cascavel, inúmeras tem sido as reivindicações a nós apresentadas, por parte de líderes das mais diversas classes inclusive políticos da região, e pela população em geral, no sentido de que venham a ser

solucionados no menor lapso de tempo possível e de forma definitiva, os inúmeros problemas relacionados com a titulação de domínio pleno sobre áreas já vistoriadas daquela região, que se encontram pendentes a longo tempo.

Tal situação, a perdurar, como é natural, será a principal responsável pela intranquilidade já apresentada pela maioria dos agricultores e pecuaristas da região oeste de nosso Estado, uma vez que, não possuindo os títulos de domínio pleno de suas propriedades, encontrarão sempre inúmeras dificuldades e barreiras no que tange à possibilidade de conseguirem créditos e financiamentos junto as cartelas de crédito agrícola dos diversos órgãos financeiros que operam naquela região, através de investimentos na agricultura.

Ao propugnarmos às autoridades responsáveis para que solucionem tal situação, o fazemos imbuídos da certeza de que há por parte das mesmas, profundo interesse em bem solucionar a situação, dando aos proprietários de terras daquela região, a necessária tranquilidade, e dotando-os de condições tão indispensáveis a que possam na continuidade de seus esforços através do cultivo da terra, a contribuir de maneira cada vez mais efetiva para o desenvolvimento não só de seus Municípios bem como de todo o Paraná.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 62-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Arquiteto JOSÉ MARCOS LOUREIRO PRADO.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1974.

(aa) Nelson Buffara — Muggiati Filho — Aguiinaldo Pereira Lima
Sebastião Rodrigues Júnior e Iris Caldart

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se pelo presente Projeto de Lei, que seja concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Arquiteto JOSÉ MARCOS LOUREIRO PRADO.

Arquiteto dos mais conceituados e respeitados, participou com sucesso de inúmeros concursos nacionais e internacionais, projetando o nome do Paraná e do Brasil no cenário arquitetônico mundial com vários projetos aprovados e em execução.

Professor universitário dos mais competentes e eficientes, com inúmeras atividades no magistério do Paraná, principalmente como Professor Titular de Composição I, da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, onde empresta sua colaboração, com raro brilhantismo, desde 1962.

Entretanto, além destas atividades, onde sempre desincumbiu-se com amplo sucesso, ocupou com invulgar expressão diversos cargos em inúmeros setores administrativos, como Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — Seção do Paraná, Conselheiro do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Membro do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Conselheiro Titular do Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná e dezenas de funções administrativas das mais destacadas.

Mas, o brilhantismo do Arquiteto MARCOS PRADO não se limitaria a estas atividades que por si só engrandeceriam o mais ambicioso e brilhante profissional.

Foi como Diretor do DETRAN — Departamento Estadual de Trânsito do Paraná, que o Arquiteto e o Urbanista consolidou a sua esplêndida trajetória profissional.

Reformulando radicalmente velhas estruturas administrativas, enfrentou galhardamente os desafios que se antepunham para a concretização do seu objetivo, ou seja, tornar a cidade de Curitiba mais habitável, mais humana, mais disciplinada, estabelecendo uma série de medidas de alto nível técnico, visando proteger a população contra os desmandos da imprudência, da negligência, da imperícia.

Este é o Arquiteto, o Urbanista, o Técnico, o Professor, o criador de obras de arte que modificou o aspecto de Curitiba e de inúmeras cidades brasileiras e de outros países, o qual, pelos vários atributos que caracterizam a sua magnífica personalidade o fazem merecedor da homenagem ora proposta, pelo que contamos com o necessário apolamento dos nobres Pares para ulterior aprovação por parte desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Percorrendo a interior do Paraná, pudemos constatar a grande inquietação que paira em todos os campos do território paranaense, diante do baixo preço do soja. Os produtores fizeram gastos elevados, adquiriram máquinas e hoje o preço fixado, segundo os produtores, não está atendendo às necessidades dessa nova cultura. Já se fez aqui uma série de apelos para que o Governo atenda as reivindicações dos produtores de soja. Gostariamos, também, de ouvir outras manifestações de apoio para que o Governo Federal tenha mais consideração para com esses produtores e fixe um preço mais justo e adequado.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no instante em que o Paraná está às vésperas de escolher o seu novo Governador e pertencendo eu a um Partido que não terá condições de indicar o seu Governador, o MDB, gostaríamos de manifestar nosso desejo de que as articulações procedidas em Curitiba junto às classes empresariais e lideranças políticas, possam chegar a bom termo; possa ser escolhido um Governador realmente entrosado com os altos problemas paranaenses; que não haja aqui imposição de quem quer que seja, que não haja nesse instante privilégios, que não seja prevalecido o direito de um ou outro político, mas que possa o Sr. Presidente da República escolher, afinal, o Governador que seja o homem certo, que seja o Governador de todas as lideranças, para que não tenhamos a repetição aqui de cenas tão desagradáveis como em um pleito anterior, em que se indicou para os paranaenses, um Governador que não condizia com as reivindicações de todos os setores de atividade de nosso Estado.

Não queremos sugerir qualquer nome, porque o MDB pela minoria que representa, não terá condições de fazer prevalecer sua vontade, mas tão somente ocupo a Tribuna para desejar que a escolha recaia num verdadeiro paranaense, que possa dar ao Paraná o ritmo de obras que todos nós almejamos, que o Paraná possa continuar sua meta de desenvolvimento.

Estamos sob o Governo de Emílio Gomes, que não pertence ao MDB, mas é um homem que tem se esforçado, tem se dedicado, tem lutado para fazer alguma coisa pelos paranaenses, se bem que o tempo de Governo de Emílio

Gomes é tão curto que S. Exa. não conseguirá por em execução várias metas que havia traçado.

Restando menos de 10 meses para entregar o Governo, o atual Governador dificilmente conseguirá levar até o fim algumas obras que iniciou. Mas vale, em parte, o esforço pessoal de S. Exa., que se defronta agora com as atenções políticas voltadas para a escolha de seu sucessor. Sabemos perfeitamente que no momento em que for dado o nome do novo Governador, pode o atual Governador cair no esvaziamento natural, porque doravante as atenções estarão voltadas para aquele que a partir de março do ano que vem irá comandar o Palácio Iguaçu e os destinos do Paraná.

Desejamos que esse sucessor possa se afirmar com o atual Governador.

Aproxima-se o pleito eleitoral, com a escolha dos candidatos à Câmara Federal, à Assembléia Legislativa e vemos desde já nomes sendo forçados em todo interior do Estado, nomes que até agora ainda não estão na vida pública, mas que já se consideram homens fortes no futuro político paranaense, tentando ganhar o apoio das Prefeituras, dos Vereadores e da classe política do Paraná.

Que não haja pressões como fez no passado Haroldo Leon Peres que chegou a fazer campanha pessoal, tentando prejudicar inclusive membros desta Casa Legislativa e do próprio Partido da situação.

O nosso desejo, portanto, é que a solução acertada seja a mais satisfatória, que todos os nomes de destaque, que todos os nomes apontados possam ser levados em consideração. Já tivemos o exemplo do valor da própria Assembléia Legislativa ao tempo em que o ilustre Presidente esteve à frente do Palácio Iguaçu dando mostras que a classe política não pode ser relegada, não pode ser preterida num momento tão sério, tão importante como este que precede a escolha do novo candidato. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSARIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): — “A cada dia que passa o problema dos produtores de soja aumenta em ritmo quase desesperador. O preço para a comercialização continua em completo desinteresse, muito embora não haja razão que justifique tal atitude. A considerar o mercado interno a situação continua na base da acomodação. O soja em sua grande proporção está totalmente entregue nos grandes trustes que a manuseiam a seu bel prazer, uma vez que já estão de posse da mercadoria. Assim a situação dos compradores é muito cômoda, pois de posse do produto passam a industrializá-lo sem necessidade de compra.

Não existe negócio mais vantajoso para os donos dos grandes trustes, que não existam um só momento em continuar industrializando comodamente o soja que está simplesmente depositada em seus armazéns.

Nem mesmo o aumento concedido no preço do óleo demoveu o propósito nefasto dos detentores dos grandes trustes em fazer ofertas justas para compra de soja. E assim tranquilamente os magnatas do soja vão industrializando-a primeiro, para quando chegar a época propícia de fechar o negócio com o produtor, pagá-lo com o próprio resultado da venda dos seus subprodutos. Tudo isso está se transformando em verdadeira guerra fria, contra os agricultores, cujos compromissos de ordem financeira a medida que vão se vencendo, obriga-os a ceder ante a desumana pressão.

Quanto à cotação internacional, que tem oscilado até 230 dólares por tonelada em nada tem modificado o preço interno que não atinge ainda nesta atual safra nada mais que uns mínguaos cinquenta e dois cruzeiros por saca de 60 quilos. Nem mesmo quando a cotação esteve em torno da base supra, o nosso combatido mercado interno conseguiu reagir.

Há, portanto, uma diferença entre a cotação internacional e o nosso mercado interno na ordem de 20 cruzeiros por saca, depois de deduzidas as naturais despesas.

Não vemos portanto nenhuma razão para a total indiferença por parte dos compradores de soja e de cujo êxito muito poderá influir no futuro plantio do trigo. Por isso entendemos que medidas das mais rígidas deverão ser tomadas, para coibir de vez os ataques dos algozes inimigos da agricultura”.

Srs. Deputados esta é a situação atual em que se encontra a nossa agricultura.

Fazemos, neste instante, um apelo desta Tribuna a todos os Srs. Deputados que também desta Tribuna tem levantado sua voz para que todos nós possamos alertar nossas autoridades para que o preço do soja seja compensador em parte a fim de que nossa agricultura não sofra a continuação do seu ritmo acelerado que vai indo para o trigo. Preço compensador para o soja como para o trigo. Vamos, portanto, todos nós levantarmos nossas vozes em defesa da classe agrícola e do nosso trigo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos um apelo a fazer ao Governo do Estado é um apelo que temos certeza, vai encontrar eco porque a reivindicação é das mais justas. Vocês sabem que a velha estrada da Ribeira continua abandonada. Muito embora se tenha cogitado até de que aquela artéria possa servir numa emergência, pois já aconteceu na estrada BR-116, ficar impedida por razões de pontes que cedem e do trânsito ter que ser desviado e no entanto, a estrada da Ribeira não tinha condições para receber tráfego intenso. A região é muito bem servida por eletricidade e haveria, pois, o incentivo de ali industriais se instalarem e não o fazem e com muita razão porque não há condições de acesso fácil. Daí porque, Srs. Deputados, entendemos que o apelo é válido. Entendemos que asfaltar este trecho seria algo que em muito atenderia ao Estado do Paraná e também porque não se diz ao Estado de São Paulo que tem interesse nesta ligação com o Paraná. E se o carregamento de produtos industriais e agrícolas já seriam um motivo forte bastante para que o asfalto ali fosse pavimentado, nós ainda acenariamos com outra razão muito grande. O Parque Estadual de Campinhos quando se procura no Brasil incentivar o turista, chamar o turista e fazer com que ele venha conhecer as belezas naturais que nós possuímos, há neste Parque também para que a reivindicação seja válida e então o certo, não sabemos porque isto não aconteceu, é pavimentar a estrada a exemplo de que São Paulo fez até o trecho da Ribeira. E o apelo que nós fazemos ao órgão de direito, para que a pavimentação seja concretizada de uma vez por todas, atendendo-se a uma velha aspiração, não só dos elementos da região, mas ainda daqueles que tem um campo promissor naquela região para instalar indústrias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Quielso Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz à Tribuna, é nos solidarizar com o Deputado Arthur de Souza, com relação ao seu Requerimento, referente ao asfaltamento da Estrada da Ribeira. Nós, que nascemos à beira daquela estrada, e que há três anos desta Tribuna e junto ao Ministro de Transportes, já com o Ministro Andreazza por várias vezes, por ofício, e por duas vezes até pessoalmente com o Ministro Andreazza, reivindicamos o asfaltamento desta estrada. Esta estrada que como disse o orador, além de ser mais uma artéria de vínculo de escoamento Norte-Sul do Brasil, é também uma ligação a mais, dos dois Estados que mais crescem na Nação brasileira. E, acima de tudo e particularmente, porque já disse algum e muitas vezes já foi repetido, este trecho do Vale da Ribeira, que é o Noroeste do Paraná, é semelhante ao Noroeste brasileiro, para o Brasil. Porque lá, estão as grandes riquezas do subsolo. Acreditamos ser a única reserva de minério para abastecer o Paraná e o Brasil. É a corrida nestes últimos anos, em busca principalmente do calcário para o corretivo do solo, que tem sido o arrazoado para a manutenção e fertilidade do solo paranaense para a grande produção do soja, que passa a assumir a primeira grandeza na economia do nosso Estado. E é das margens do Vale da Ribeira, das margens da antiga estrada Paraná-São Paulo, que tem vindo o calcário para o Norte do Paraná, para o Sul do Brasil e, ultimamente, para o Norte do Brasil. A Calibra Indústria, instalada no quilômetro 70 de Curitiba a S. Paulo desta estrada, já está com a sua produção de calcário vendida até os próximos dois anos. E nós, repetidas vezes e ontem mesmo, tentamos por todos os meios, entrar em comunicação com o Ministro dos Transportes, o que não nos foi possível em virtude da movimentação política com a presença no Paraná, do Presidente Nacional da ARENA. Pretendíamos entrar em contato mais uma vez, com o Secretário de Transportes, e agora, para que tentássemos, uma vez mais, abrir os olhos para o significado desta Rodovia e da insignificância do investimento para o asfaltamento de apenas 104 quilômetros que faltam, para a ligação de 480 quilômetros, o restante já asfaltado, sendo que na divisa do Estado do Paraná com S. Paulo, já há muitos anos encontra-se asfaltado o trecho daquele plano de 132 quilômetros. Nós temos aproximadamente, 23 quilômetros asfaltados. Nós queremos agradecer até certo ponto, o pronunciamento do Deputado Arthur de Souza, que também conhecedor da região veio desta Tribuna, falar sobre o problema antigo mas momentâneo, porque o investimento, que está sendo feito lá no Vale da Ribeira do lado de S. Paulo, já está criando um problema econômico, um problema social, para o Vale da Ribeira, no Alto da Ribeira, do lado do Paraná. Onde funcionários públicos do Estado de S. Paulo numa planificação trienal de aplicação, de quase 300 milhões, o Estado de S. Paulo cria um esvaziamento, um êxodo dos funcionários públicos e até dos investimentos de capitais do lado do Paraná. Pelas condições que está proporcionando o lado de lá, do lado esquerdo, da margem esquerda do Rio Ribeira. Então, sobre esta matéria, já estivemos, por três vezes junto ao Governador do Estado solicitando que a programação de investimento do litoral paranaense do Alto Ribeira, viesse proporcionar a esta população ribeirinha da margem paranaense, um equilíbrio, ou uma tentativa de equilíbrio econômico e social; para que no desenvolvimento industrial que haveria de proporcionar o lado do Estado de São Paulo, não houvesse o esvaziamento e o problema social e econômico do lado paranaense.

Haveremos, segundo o Governador Emílio Gomes de, a curto prazo, ver também a planificação que, aliás, já fomos brindados por S. Exa. o Sr. Governador do Estado com uma cópia da planificação iniciada pelo Secretário de Planejamento do Governo do Estado e que está em fase final. O plano paranaense do Vale da Ribeira, virá trazer a valorização do Nordeste paranaense e uma das promessas é o asfaltamento da Estrada que liga Curitiba a São Paulo, passando pelo Município de São Mateus do Sul, pelo Município de Adrianópolis e pelo Município de Cerro Azul. Municípios esses que têm tanto nos prestígio nas urnas e que tanto tem confiado no filho desta terra, que pretende, nesta tarde desta Tribuna juntar-se ao Deputado Arthur de Souza e em breves dias, queremos chegar ao Ministro dos Transportes e trazer melhores notícias com relação ao asfaltamento...

O SR. PRESIDENTE — Esta presidência comunica a V. Exa. que restalhe meio segundo para o término de sua oração.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Obrigado. ... de tão importante rodovia para a economia do Estado para a economia da Nação brasileira. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência anuncia a presença honrosa neste Plenário do Sr. ANTONIO MASSARELLI, Vereador de Goioerê, e dos Srs. Orlandino Almeida, Prefeito de Rolândia, e do Sr. Vice-Prefeito Waldemar Gonçalves.

Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegamos ontem à tarde de viagem do interior do Estado. Pois era do nosso conhecimento que o Senador Petrônio Portela, chegaria à Capital do Estado do Paraná, somente no dia de hoje. Assim sendo, estávamos ausentes da movimentação de ontem e de anteontem, da vinda do Presidente Nacional da Arena, bem como do Ministro Ney Braga e dos três Senadores do Estado do Paraná.

Chegamos ontem e ontem mesmo tomamos a iniciativa de acharmos por bem termos acompanhado no interior do Estado pronunciamento do ex-Senador Ministro Ney Braga a respeito do programa sucessório do Estado do Paraná. Quando o Sr. Ministro indicou o Vice-Governador do Estado Jaime Canet Junior.

Há mais de dez dias redigimos um manifesto que deveríamos ler desta Tribuna, que contava com a assinatura de cerca de 12 Srs. Deputados e relativo ao mesmo assunto. Entretanto, ouvindo e acatando opiniões de companheiros nossos, achamos que deveríamos aguardar uma época, um momento mais oportuno. Queremos frisar, desta Tribuna que o povo nos autorizou que sempre fomos homens de linha de frente. Há quatro anos, passados, quando aqui veio à Capital do Estado do Paraná, o Sr. Rondon Pacheco, lembramos Srs. Deputados, como toda a imprensa, que de antemão nós exteriorizávamos a nossa opinião e tivemos a felicidade de ser escolhido aquele homem que havia disputado as eleições conosco, fazendo dobradinha conosco no interior do Estado, o ex-Deputado federal Haroldo Leon Peres. E o asseguro neste instante, dizendo ao Paraná, através da Assembleia Legislativa do Estado, que endossamos inteiramente as palavras do Ministro Ney Braga. Como não nos foi dada a oportunidade de falar ontem com o Presidente Nacional da ARENA, ao chegarmos a Curitiba nos dirigimos imediatamente ao Palácio Iguaçu e passamos um telex ao Presidente Nacional da ARENA, dando nossa opção.

O Paraná é um Estado que desponta de maneira extraordinária, neste País extraordinário que é o Brasil. Sabemos que aquele que irá dirigir os destinos de nosso Estado terá que ter condições à altura para fazer nosso Estado retomar a caminhada extraordinária para o futuro, o que, aliás, o Governador Emílio Gomes já está fazendo, e também com o auxílio do Ministro Ney Braga e isto o povo paranaense não pode esquecer. Foi Ney Braga que retomou esta caminhada, que deu condições ao Governador Emílio Gomes de fazer um Governo profícuo, à altura das aspirações do povo paranaense.

E tantos são os nomes honrados que são citados para ocupar o Palácio Iguaçu. O ilustre Presidente desta Casa de Leis, Deputado João Mansur; Ivo Arzuza; Aciolely Filho, todos com reconhecida capacidade, visão ampla e aberta ao futuro e com inúmeras condições para dirigir nosso Estado. Pelos laços de amizade Jaime Canet Junior está ligado a Emílio Gomes e Ney Braga e terá condições de fazer deste Estado o sonho dos paranaenses. E não haverá solução de continuidade no Governo profícuo de Emílio Gomes.

Por isso, resolvendo ontem a opção que nos foi dada, ficamos com Jaime Canet Junior. Pedimos a Deus que ele seja o escolhido, pois tem condições de continuar este Governo e de ser ajudado pelo Ministro Ney Braga, na cúpula federal.

O Sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, respeitando, como é merecedor V. Exa., a sua opinião, inicialmente louvo V. Exa., porque confesso tentando analisar o critério de escolha dos Governadores dos Estados eu me encontro com sério problema para entender qual o critério e mesmo poder às vezes, identificar quem seria o escolhido. V. Exa. já acertou duas vezes. V. Exa., inclusive, na missão passada, V. Exa. acertou o escolhido, apenas não acertou quanto a sua saída, saída antecipada que foi. Mas, parece que V. Exa. se encaminha outra vez no sentido de um novo acerto. Então, V. Exa. tem uma sensibilidade política muito grande. Apenas gostaria de discordar de V. Exa. quando situa, na Tribuna, as credenciais para um candidato ao Governo do Estado do Paraná, fundamentalmente, nas relações de amizade que liga Ministro com candidato etc. e tal. Por ser amigo, o Sr. Ney Braga irá ajudar objetivamente. Evidente que a reciproca poderá ocorrer, se não fosse amigo, o Ministro não ajudaria. Então, entendo justamente que é esta ausência de critério que quero criticar. Aliás, gostaria de louvar o reconhecimento dos três nomes mais citados: o de Aciolely, do Vice-Governador Jaime Canet, do Deputado João Mansur, todos eles se conduziram com elevada dignidade para obtenção de tão almejado cargo. Mas, creio que a ausência de critério é um problema sério, e não entendo como poderia o Governo selecionar os 21 Estados da Federação, sem criar problemas, os mais sérios. Porque, como disse V. Exa., a escolha apenas em termos de amizade, V. Exa. acaba de deslocar o problema do Presidente Geisel para Deus, V. Exa. esperava que Deus fizesse tudo aquilo.

O SR. WILSON FORTES — V. Exa. está distorcendo o nosso pensamento, em que pese a amizade e consideração que tenho por V. Exa. que honra e dignifica esta Casa, com seus brilhantes pronunciamentos, com seu brilhante trabalho de parlamentar, mas discordo de V. Exa. Na época, dada a opção, citei o nome de Haroldo Leon Peres. E acho que o fiz com muita convicção. Haroldo Leon Peres, relembrando o passado, foi um dos Deputados Estaduais mais brilhantes que passou por esta Casa; um dos Deputados que, naquela época, já pregava a Revolução nesta Assembleia. Foi, na Câmara Federal, entre centenas de Deputados, escolhido como Vice-Líder que são apenas 11 se não me engano. Desempenhou extraordinariamente seu papel pego aquela parada extraordinária dos coronéis e estudantes. E devo lembrar que foi muito bem escolhido. Não poderia o Presidente Médici, e muito menos um Vereador, imaginar que o nosso homem, aquele que tínhamos desejo que assumisse o Governo, não tivesse a linha necessária para conduzir a náu do Estado com o equilíbrio necessário; não tivesse condições e habilidades necessárias para manter a harmonia e a independência entre os três Poderes. Então, erramos, está certo. Mas, reconheço, e disse em minhas palavras, todas as condições em João Mansur, Aciolely Filho, Ivo Arzuza, mas, na minha opinião, particularmente, estou com Jaime Canet, embora contrariando a entrevista do nobre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, es-tou com João Mansur para o Senado. Sou da linha de frente, exteriorizo meu pensamento sem medo de nenhuma consequência. Agora, não disse que o Presidente escolheria por amizade, disse apenas, e é evidente, que reconheceremos as qualidades de um passado inquestionável do Ministro Ney Braga.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, estou acompanhando o raciocínio de V. Exa. V. Exa. não deu escusas ao Líder do Governo para defender tese aparentemente divergente de S. Exa.

O SR. WILSON FORTES — Lí, numa entrevista, numa entrevista que não entendi bem, que o nobre Deputado Ivo Thomazoni indica o nome de um dos ex-Governadores de nosso Estado para o Senado. Então, contrariando o pensamento do nobre Líder, devo dizer que existem tantos outros nomes, General Alípio, Octávio Cesário, mas, particularmente, estou com o Deputado João Mansur para o Senado. E se S. Exa. for escolhido, percorrerei toda a minha Região e, tenho certeza, lá ele irá ganhar.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Com permissão de V. Exa., nobre Deputado, que está na Tribuna, e de nosso eminente Líder da Bancada, devo dizer que a entrevista que concedi a um excelente jornal de nossa Capital, quando o jornalista me formulou várias perguntas. Perguntava-me o jornalista quanto à visita do Presidente Nacional de nosso Partido, e eu dizia a ele que estava tudo dentro da maior normalidade possível. Ele me perguntava, no seu entender, nobre Deputado, qual seria o novo Governador do Estado? Você conhece meu pensamento, não é de hoje. Ele voltou a me interpelar. Mas admitindo que o Sr. Jaime Canet venha a ser escolhido Governador do Estado, não concorda V. Exa. que haveria cisão no Partido? Respondi, dizendo que considerava os homens da ARENA todos dedicados à causa pública, e também dedicados ao fortalecimento de nosso Partido e que não acreditava, absolutamente, que qualquer fato isolado, gerasse uma posição irreversível de qualquer liderança. E que, portanto, tudo haveria de caminhar no sentido de fortalecer a unidade partidária.

Voltou o jornalista a me perguntar no caso do Sr. Jaime Canet vir a ser escolhido Governador do Estado, como ficaria V. Exa. no tocante a candidatura do Partido ao Senado da República? Disse ao jornalista: que se quisesse ser honesto na interpretação de minha entrevista, que tínhamos na Assembleia, no meu entender, a maior expressão política da liderança estadual hoje enfileirada na figura de nosso Presidente João Mansur e que se ele pretendesse vir a ser candidato do Partido ao Senado, teria uma eleição tranquila no Estado do Paraná.

O jornalista voltou a me interpelar, mas se o Deputado João Mansur, como se comenta, não aceitar a vir a ser candidato do Partido ao Senado da República, como V. Exa. veria, então, a possibilidade do ex-Governador Paulo

Pimentel ser candidato ao Senado? Respondi, com muita simpatia, porque S. Exa. o Sr. ex-Governador é indiscutivelmente uma das lideranças de nosso Partido. Ai encerrei meu bate-papo amistoso com o jornalista.

Só que minha entrevista teve destaque maior para o tópico final mas foi estritamente isso que afirmei.

Não lancei ninguém. Quem sou eu, coitado de mim, para lançar candidato ao Senado da República, quando sei que dependemos nós de voto majoritário para uma campanha partidária. Ao analisar o problema disse que temos um candidato natural ao Senado, que é o nosso eminente Presidente João Mansur. Quando interpelado se o Deputado João Mansur não aceitasse a candidatura para o Senado, se eu aprovaria o nome do Sr. Paulo Pimentel, disse que receberia com simpatia porque ele é uma das expressões de liderança de nosso Partido.

Então, por favor, receba V. Exa. esse meu esclarecimento, para que se evite de dizer por aí que eu, petulante, lancei um candidato. Não teria eu a ousadia de lançar candidato como nunca jamais lancei, nem sequer a Governador ou Vice-Governador.

Sou um homem disciplinado, tanto quanto V. Exa. a meu Partido e haverá de lutar pela candidatura da ARENA, que não tenho dúvidas, será vitoriosa nas eleições de 15-11-74, em função da estrutura de nosso Partido. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. WILSON FORTES — Foi com muito prazer que nós escutamos com o devido cuidado os esclarecimentos de V. Exa. no momento oportuno. Todos esses nomes citados tem o direito de pleitear uma cadeira. O ex-Governador Paulo Pimentel é um homem perfeitamente sintonizado com todos os problemas do Paraná. Governou bem o Paraná por 5 anos. Mas nós acompanhamos a filosofia do Governo Revolucionário, Governo que nos tirou do caos, que fez o Brasil de hoje respeitado e progressista, mas a filosofia do Governo Revolucionário é pela renovação. Haja vista que não se viu a indicação de nenhum ex-Governador para o novo mandato. E por isso que entendemos que o Deputado João Mansur, o mais votado do Paraná, Presidente desta Casa de Leis, perfeitamente sintonizado com o atual Governo, com os homens do Paraná que hoje fazem parte do Governo Federal, hoje, porque até o ano passado não tínhamos ninguém do Paraná no Governo Federal, estava o nosso Estado quase que esquecido. Acho que o ex-Presidente da República, General Emílio Médici, fez tanto pelo Brasil que seria até difícil prever tudo, mas o Paraná teve também benefícios do Governo Federal, porém não teve uma participação direta na cúpula do Governo Federal através de seus representantes. Hoje temos, acho mais que uma dezena de homens capacitados que lá estão defendendo os interesses do Brasil e do Paraná.

Temos que reconhecer que foi o Ministro Ney Braga quem os levou pela sua amizade, pela sua posição. S. Exa. é respeitado não somente no Paraná como no Brasil e seu nome é conhecido, hoje, até fora do Brasil.

Respeitamos todos os que postulam esta vaga de Senador mas, particularmente, estamos com o Deputado João Mansur e isto queremos exteriorizar, no dia de hoje, desta Tribuna.

O Paraná sofreu tanto nos últimos anos. O Paraná teve um Governo tumultuado, teve, inclusive, homens públicos que dirigiram por algum tempo nosso Estado porém sem sintonia alguma com o povo paranaense. É claro, é evidente que não é o caso do Deputado João Mansur que governou por pouco tempo nosso Estado e muito bem.

O Paraná sofreu muito, vamos portanto, agora, somar nossos esforços, nossos ideais e trabalhar por este Paraná tão querido tão sofrido nesses últimos anos. Vamos fazer com que as aspirações mais puras de nosso povo sejam atendidas através de uma união harmoniosa e homogênea. Vamos reivindicar de uma maneira mais objetiva, mais clara os nossos direitos junto ao Governo Federal.

É por isto que fazemos este pronunciamento no dia de hoje.

Se porventura vier a ocorrer que Jaime Canet seja o futuro Governador do Estado estaremos felizes porque o conhecemos há mais de vinte anos desde o interior do Estado quando morava em Jacarezinho e Ribeirão Claro. Sabemos de sua capacidade, de sua visão, da sua habilidade mesmo política. Já participou do Governo de Ney Braga como Presidente da Câmara do Paraná e do Governo de Paulo Pimentel como Presidente do Banco do Estado. Hoje, é Vice-Governador do Estado. Tem todas as condições para dirigir este Estado dentro de um espírito habilidoso e abalizado.

Estaremos correndo todo o interior do Estado, tomando poeira e comendo barro se for preciso, em favor de João Mansur para o Senado.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Já que V. Exa. abordou o problema do futuro Governador do Paraná gostaríamos de expressar nosso desejo de que em 1978, dentro do que preceitua a Constituição do Brasil o povo possa escolher livremente o seu Governador.

Houve quem dissesse que o povo escolhe mal, que o povo não está preparado para escolher livremente o seu Governador. Na verdade uma eleição indireta é cheia de falhas desde o critério adotado na escolha de um candidato até as pessoas na realização de seu período de governo.

O Paraná não foi a única exceção no que se refere a um Governador mal escolhido pelo Poder Central. O Governador de Brasília Cel. Hélio Prates da Silveira participou de vários atos considerados nocivos aos interesses dos cofres públicos, inclusive o próprio Tribunal de Contas deu parecer contrário a vários negócios realizados flicitamente por familiares do ex-Governador de Brasília a tal ponto que o Presidente Gal. Médici quando deixou o Governo despediu-se de vários auxiliares que participaram de seu Governo mas não quis despedir-se do Governador de Brasília, Prates da Silveira.

Vários Governadores deverão deixar ao fim de seu mandato o Governo em situação crítica de acordo com o fato escandalosamente noticiado pela imprensa, nosso desejo, aproveitando a sua presença na Tribuna é que em 1978 possa o povo paranaense depositar nas urnas, de acordo com a sua consciência, seu voto em quem ele julgar em condições de bem governar o Paraná, através do pleito livre e direto onde possa se manifestar não apenas pela vontade de alguns, mas de toda a coletividade.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço o aparte do Deputado Antonio Belinati, representante da grande cidade de Londrina e região, nesta Casa de Leis, Deputado brilhante e bem entendemos seu ponto de vista. Realmente, o povo brasileiro gostaria de participar das eleições, gostaria de ir às urnas, mas lembro ao nobre Deputado que apenas 10 anos a Revolução tirou nosso País do caos a que então vivíamos. Vivemos numa época diferente, assim podemos dizer, quase de exceção. A realidade nacional é esta. Ou sincronizarmos com ela ou então vamos para casa, colocamos o pijama. Eu acho que a Revolução é objetiva. Ela procura fazer um trabalho sadio, com um objetivo único, de atender o Estado, o País, através de uma política sadia, de uma política construtiva. Se a Revolução errou em algum Estado, há de entender o nobre Deputado que o povo também já errou e aqui no Paraná o povo compareceu às urnas, colocou no Palácio Iguaçu alguém que não deu conta

do recado. não sintonizava, não fez jus à confiança recebida pelo povo. Então, é justo que em alguns lugares a Revolução também erre, mas no Paraná, se errou, tentou recuperar o erro e veio um novo Governo. De maneira que somos mais positivos o trabalho da Revolução há 10 anos em benefício do Brasil e em benefício de todos nós, povo brasileiro. Terminei minhas palavras lendo cópia do tele-x que passei ontem à tarde ainda ao Sr. Petrólio Fortela, Senado Federal.

(Lê): Impediu-me expor pessoalmente minha preferência candidato Estado do Paraná por ocasião sua visita data de hoje quando liderança política manifestaram suas opções. Sirvo-me do presente expediente para indicar o nome Jaime Canet para anexar suas consultas feitas meu Estado. Jaime Canet homem de larga visão no trato da coisa pública e invejável experiência gestão de iniciativa privada, reúne todas qualidades para dentro dos princípios que norteiam a Revolução, Governar o Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que empolga todo o Paraná no momento é exatamente o que foi abordado pelo meu antecessor nesta Tribuna. Entretanto, como estive presente, cumpro o meu dever na hora exata, deixo de abordar este assunto, porque acho inoportuno. Compete a S. Exa. o Sr. Presidente da República decidir quem deverá governar o Paraná. Sr. Presidente, Srs. Deputados, várias vezes assumimos esta Tribuna para fazer uma série de apelos patéticos, dramáticos, implorando às autoridades que olhassem para o nosso produtor de soja. Eis que, neste momento, já não é mais oportuno este apelo, porque a maior parte deste produto já não é, digo, já se encontra nas mãos dos atravessadores, dos grandes trustes. Não sei se neste momento, se o Governo atendesse o nosso apelo iria auxiliar ou massacrar mais ainda o pequeno produtor e, então, já que aqui estamos e achamos não ser mais oportuno fazer apelo.

Vamos deixar aqui registrada pois o nosso protesto que é uma advertência. Sabemos que no próximo ano, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos grandes negócios, será a plantação do soja, porque a maioria magica do colono brasileiro não vai mais plantar o produto. O produtor do soja atendendo apelo dos homens da revolução, pagou caro, sentiu na sua própria carne que foi castigado, porque atendeu o apelo do Governo em produzir. Nós assistimos ainda há dias atrás, quando no Município de Dois Vizinhos, estivamos junto com o Deputado Ivo Thomazoni, nós vimos lá o colono com um saquinho de amostras nas mãos como se estivesse pedindo esmola. Implorando para que lhe fosse comprado o soja pelo preço miserável de 35 cruzeiros. Aquele soja que chegou a pagar 11 contos, mais a máquina para colher e a seis contos à sacaria, o que é realmente, uma verdadeira calamidade. Portanto, eu quero deixar aqui claro, neste apelo, que é uma advertência às autoridades responsáveis. e ressaltar a nossa posição nesta situação. E não vai aqui nenhum interesse político eleitoral, porque há doze anos, estamos nesta Casa, e os Deputados que estão aqui têm acompanhado a nossa luta, a nossa transação no que tange aos problemas da hortelã, do café. E hoje, nós fazemos uma advertência ao nosso colono que está espoliado, que está roubado, que está espezinhado, sem estímulo. Miseravelmente, este homem não pode, amanhã, pagar 300 cruzeiros novos por uma saca de sementes que vendeu a 35 cruzeiros. Ele não pode pagar adubo que custava 1.200 cruzeiros a tonelada e agora custa três mil cruzeiros, e assim, é o inseticida, o combustível, o maquinário, tratores, inclusive os pneus para estes tratores, que quase sempre são trocados no câmbio negro. É uma calamidade. É lamentável que o Estado do Paraná passe por esta fase. É lamentável que líderes políticos do nosso Estado se preocupem apenas com problemas políticos, quando o caos está para ocorrer. Quando o nosso colono que produziu, está passando fome, por falta de atendimento às suas reivindicações. É preciso que o colono tenha que vender, dez, doze, sacas de soja para comprar leite em pó para os seus filhos.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu sou de uma Região que, acredito, seja campeã da produção do soja. Oeste do Paraná, e uma grande parte do Noroeste do Paraná, e eu vejo o problema em linhas gerais no seguinte ângulo e aspecto: Indiscutivelmente, o Paraná é considerado um produtor primário. A economia paranaense, com quase oito milhões de habitantes, está assentada exclusivamente na produção primária, a projeção do nosso Estado se assenta e se fundamenta na produção primária.

Veja bem V. Exa.: dentre um produtor primário, aparecem com mais evidência, com maior volume, a produção do soja e do trigo, que hoje, além do café, na sua estruturação própria, na sua qualificação própria dentro desta produção. Se fizeram campanhas neste Governo da Revolução, campanhas públicas, pois se entrava no Banco do Brasil, num Banco do Estado, numa empresa vendedora de tratores e se lia em cartazes: "Plante que o Governo garante". Se criou, se fundamentou e se trouxe no consenso o produto soja, como um dos mais badalados produtos do mundo, hoje, pela diversificação extraordinária de suas capacidades alimentícias, produtoras enfim de alimento, proteínas, óleos, etc.; o colono plantou; o colono investiu somas fabulosas na terra, na destoca, na correção do solo, na correção, uma equipe de máquinas, custa aproximadamente um milhão de cruzeiros hoje, nobre Deputado. Uma equipe, para uma determinada quantidade de terra, uma equipe como se chama na região ou seja: Setenta alqueires, dois tratores, uma colhedeira, etc., quase um milhão de cruzeiros, agora outro milhão de cruzeiros da terra, mais de 500 mil cruzeiros para a destoca e preparação desta terra. E aí estão milhares de colonos, milhares de fazendeiros. E agora o que acontece? O que V. Exa. está dizendo desta Tribuna, que não é necessário repetir. Então se vê um estado de calamidade pública, dentro de um cenário como este em que se brinca em que se joga com a saúde, com a paz, com a tranquilidade, com a felicidade, com o futuro, com o pão nosso de cada dia, de milhares de famílias do Paraná. Eu só posso me parabenizar com V. Exa. e dizer até que em casos especiais, porque um homem da posição de V. Exa., das estruturas morais de V. Exa. e da posição política que tem nesta Casa, como homem do Governo, tem a coragem, e o desassombro de trazer a público um fato tão real, tão verdadeiro, sobretudo tão humano e tão justo como este. Parabenizo-me com V. Exa. Endogo cem por cento as palavras de V. Exa. Subscrovo-as e gostaria que aquilo que V. Exa. está dizendo como o meu aparte, fosse capado e fosse entregue ao Sr. Presidente da República, para que numa manhã de chimarrão, — dizem que S. Exa. levanta de madrugada e seu desejo é este chimarrão; numa "manhã de chimarrão", ele lesse o discurso de V. Exa. e o aparte deste modesto Deputado. Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, quando iriciei meu discurso desta Tribuna, afirmou que vários parlamentares e entre eles V. Exa. já tinham tomado posição publicamente nesta situação. O documento fora elaborado por nós por V. Exa., por outros tantos Deputados aqui presentes que abordaram este assunto. E, se hoje aqui voltamos quem sabe pela última vez, é porque estamos indecisos, porque, como dissemos, hoje o soja já está na mão do Grande comprador; já está nas mãos dos grandes trustes e se o Governo atender agora o nosso apelo, quem sabe, vamos estimular mais ainda o truste. Exatamente, então não sabemos mais o que fazer e nem o que falar. Antes de dar o aparte ao nobre Deputado Ivo Thomazoni, queria fazer justiça a V. Exa. no caso do trigo foi um grande batalhador e que felizmente as providências foram dadas a tempo.

Gostaria de dar o aparte ao nobre Deputado Ivo Thomazoni; entretanto, solicito ao colega Deputado Gilberto Carvalho, a quem concederei agora o aparte, que seja breve.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço o aparte concedido pelo nobre Deputado Paulo Poli e congratulo-me com o pronunciamento de S. Exa.. Creio que ainda está em tempo porque acho que não foi vendido mais que 10% do soja. 90% estão em mãos dos proprietários e a ajuda financeira será até 15 de junho. Está em tempo do Governo tomar providências para evitar o que aconteceu com o soja, que estava a 280 cruzeiros a saca e hoje a 45 ou 55 cruzeiros. O trigo, sabe bem V. Exa. que vai aumentar e muito a plantação deste ano para o aproveitamento da terra. Está acontecendo a mesma coisa com o trigo, que não tem uma tabela para a semente. O Governo que incentive, que dê condições de venda a preço justo para que o produtor possa ter uma recompensa de seu trabalho, de sua luta neste novo plantio.

O SR. PAULO POLI — Agradeço e aceito a sugestão de V. Exa. Pretendo elaborar um Requerimento amanhã, naturalmente com a subscrição da maioria dos Deputados interessados no assunto em cujo Requerimento, acatando a sugestão de V. Exa., irei pedir às autoridades responsáveis, através de telex, que atendam este nosso apelo até determinada data ou não o façam mais, sob pena de um atendimento muito tardio.

Concedo o aparte ao Deputado Ivo Thomazoni.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Paulo Poli, infelizmente o Governo da República, sediado em Brasília, ainda está um pouco distante dos apelos. Quer me parecer que a nossa imprensa não atingiu a penetração junto aos órgãos federais e a maioria de nossos apelos e pretensões pairam ainda nos limites das fronteiras de nosso Estado. Mas, Deputado Paulo Poli, desejava, neste aparte, testemunhar a preocupação do Governo e do Secretário da Agricultura do Paraná em sensibilizar os homens do Governo Federal no sentido de urgenciarem medidas capazes de terminarem com os prejuízos e os sofrimentos dos produtores de soja deste Estado. Tenho estado em contato com o Dr. José Cassiano, Secretário da Agricultura, o qual regressou de Brasília e nos contava as demarques que se desenvolvem no Ministério da Agricultura e junto aos membros do Conselho inter-ministerial de preços, visando encontrar solução para a situação dos produtores paranaenses. Dizia-me o Dr. Cassiano que há uma corrente de pensamentos que tenta defender o subsídio fiscal do Governo Federal para a comercialização do soja e defender com autoridade e propriedade a possibilidade do Governo Federal intervir diretamente na comercialização do soja, pretendendo que mesmo adquirindo a um preço de comercialização interna na ordem de 50 ou 55 a saca, o coloque no mercado externo numa entre safra, com o subsídio fiscal na ordem mínima de 10 ou 15% o que seria compensador.

É um dos pontos objeto de discussão e Deus queira que mereça aprovação. Mas, V. Exa. se referia, se não me engano, que não houve nenhuma medida capaz de dar ao produtor recursos para novas culturas. E que, em função disso, o agricultor estaria vendendo o produto a preço muito baixo.

Quero só relatar a V. Exa. um episódio do qual participei a uns quinze dias atrás, e do qual participaram, também, os presidentes de cooperativas de Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Medianeira que solicitaram a interferência do Governo do Estado junto à alta direção do Banco do Brasil para que fosse deferido empréstimos para novas culturas, empréstimos de 60 milhões de cruzeiros para cada cooperativa. Levei o fato ao Sr. Governador que, no mesmo instante em que tomou conhecimento do problema, mandou telefonar ao Sr. Perachi Barcelos. E disse o Sr. Perachi Barcelos que estava receoso de que os empréstimos não fossem concedidos porque haviam fugido do limite estabelecido, e, portanto, levaria o caso à direção do Banco do Brasil, porquanto quatro cooperativas, apenas do Paraná, pediam empréstimos que totalizavam 240 milhões de cruzeiros. E o Sr. Governador Emílio Gomes, a conselho do próprio Diretor Perachi Barcelos telefonou ao Diretor do Banco do Brasil, pois que tal pedido não fora incluído na pauta das reuniões, pois que antes deveria ser feito um trabalho nesse sentido. Quatro dias depois, recebemos um telex informando que o pedido das cooperativas havia sido deferido, possibilitando, portanto, que os produtores vendessem seu produto diretamente, não a qualquer atravessador por preço baixo.

Portanto, nobre Deputado, até onde o Governo pode tem ido em socorro do produtor. Infelizmente, a fixação de preços mínimos e as medidas para uma situação melhor de nossos produtos no mercado externo, não dependem de nós, não dependem da área estadual. Lamentamos que os pronunciamentos de V. Exa., sempre tão brilhantes, honestos, objetivos, não tenham tido ainda a repercussão que deveriam ter. Mas vamos continuar apelando e confiando ao Governo da República encontre uma solução, sob pena de ocorrer o que V. Exa. preconiza: o desestímulo total, o empobrecimento de nossa área agrícola.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu e apenas quero deixar patente o interesse das autoridades estaduais no sentido de fazer com que as autoridades federais se preocupem mais com esse problema e minorem o sofrimento de nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, agradeço o aparte de V. Exa.. E V. Exa. deve ter percebido que os diversos Requerimentos que fizemos nesta Casa, aprovados pelo Plenário, foram dirigidos ao Governo Federal. Tivemos oportunidade, também, porque é um dever nosso, de agradecer publicamente as providências paralelas tomadas pelo Governo do Estado e pela Secretaria de Agricultura. Portanto, nós estamos de pleno acordo no nosso ponto de vista, mas é bem verdade, Deputado Ivo Thomazoni, o que estamos afirmando aqui. Estamos assistindo, nobre Deputado, que a maior parte dos produtores de soja está comprando arame farpado está cercando sua propriedade e plantando pasto. É a calamidade que se aproxima. É a mão de obra, é uma coisa violenta, desastrosa, que se aproxima.

Essa é a advertência que quero fazer desta Tribuna. O problema é muito sério e muito delicado.

Como V. Exa. nós também recebemos no interior o patético apelo dos homens de mãos calejadas, de mãos grossas, que apelam com o coração, com a

alma. Esse financiamento que o Banco do Brasil está liberando, é um financiamento para receber do próprio Banco do Brasil, que o colono vende o soja, tem que pagar por força do contrato o que financiou no Banco. Então a situação do colono continua na mesma. V. Exa. entendeu bem? A situação é muito delicada e temos a grande responsabilidade de representar nesta Casa a humilde e sofridora classe dos agricultores, e não poderíamos deixar de registrar aqui o que nós sentimos em nossa viagem.

Não temos coragem sequer de fazer nossa campanha, porque não há ambiente para isso. É o desestímulo total, é o caos. É o que todos nós lamentamos.

Amanhã, espero contar com o apoio que sempre tive nesta Casa, onde inúmeros parlamentares...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que restam 5 minutos para o término da Hora do Expediente.

O SR. PAULO POLI — Já concluo, Sr. Presidente. Mas, atendendo a imperativos regimentais, quero aqui me despedir, deixando a todos os colegas, meus nobres colegas, meus agradecimentos antecipados pelo interesse que tiveram e têm tido. Ainda hoje nesta Tribuna, alguns Deputados falaram sobre o assunto e retornaremos amanhã, para elaborarmos um Requerimento solicitando que se envie ao Sr. Presidente da República, um telex, através do qual iremos sugerir, num apelo patético, dando a S. Exa. um prazo, o que não é de muita ética, porque a decisão desse problema tardiamente, virá prejudicar o produtor e estimular o atravessador.

O Sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queria apenas me solidarizar com V. Exa., tenho percorrido regiões do Estado e verificado essa ansiedade, essa expectativa de todos os produtores. Eles entregam seus produtos às cooperativas, aos setores de comercialização, que não fecham o negócio, mas apenas adiantam uma importância, até que haja por bem o Governo fixar esse valor e esse prazo normalmente é de 60 a 90 dias, após o que forçosamente, terão que realizar o negócio. Assim sendo, efetivamente o apelo de V. Exa. pedindo uma solução é perfeitamente válido, porque se essa fixação de preços ocorrer após o prazo de 90 dias, eles virão beneficiar o comerciante e não o produtor. Nosso ponto de vista sintoniza perfeitamente com o ponto de vista de V. Exa., e estamos prontos a votar com V. Exa., no sentido de que haja esta rapidez o quanto possível para que os produtores tenham assegurado ao produto um preço condigno para cobrir as suas despesas e o ganho que se faz necessário.

O SR. PAULO POLI — Agradeço a V. Exa. e ao Sr. Presidente por me ter concedido mais alguns minutos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280-73, de autoria do Deputado Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo elevar para seis (6) salários mínimos da região de Curitiba, a pensão mensal da Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Parecer favorável da C.F. e contrário da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-73, de autoria do Deputado Aguiinaldo P. Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Castro Alves", do Distrito de Tupassí, Município de Assis Chateaubriand. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com EMENDA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 223-73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica para Desenvolvimento Missionário, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 226-73, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que estende os efeitos do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 2.10.1970, aos demais cargos de nível universitário do Quadro Próprio de Pessoal do D.E.R., e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.

PROJETO DE LEI N.º 226-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os benefícios do art. 3.º da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, se aplicam aos demais ocupantes de cargos de nível universitário do mesmo órgão, desde que se dediquem a horário de tempo integral.

Parágrafo único — O valor correspondente à referida gratificação será incorporado aos proventos de aposentadoria do funcionário que a tiver percebido por mais de 3 (três) anos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se a essencialidade, complexidade e responsabilidade de determinadas funções, cargos ou atribuições, bem como a natureza dos trabalhos afetos peculiarmente ao órgão rodoviário estadual, que exige uma constante e efetiva aceleração das suas inúmeras atividades e tarefas, no propósito de estudar o aspecto econômico, financeiro, técnico e legal dos contratos de empreitada de novas e melhores rodovias para o Paraná, por cujas vias se escoam as riquezas oriundas de nosso solo fértil e generoso, ensejando em última análise, o aumento de arrecadação aos cofres públicos;

Considerando-se que os benefícios da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, art. 3.º, muito contribuiu para o desenvolvimento dos cargos técnicos, resultando no incentivo à dinâmica das atribuições inerentes ao órgão rodoviário;

Considerando-se ser necessário aplicar-se tais benefícios aos demais ocupantes de cargos de nível universitário que dediquem seu tempo integral ao órgão rodoviário estadual, evitando com isto a discriminação interna daqueles funcionários que possuem curso superior, eis que, persistindo, ocasiona o desajuste funcional em prejuízo do próprio serviço público, pelo desestímulo, descontentamento e diminuição do ritmo de trabalho da máquina administrativa em face das inúmeras atribuições pertinentes especificamente ao Departamento de Estradas de Rodagem, que tem a espinhosa missão de construir mais estradas e com isso contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Paraná.

A extensão dos benefícios do art. 3.º, da Lei em questão aos demais cargos de nível universitário, será uma demonstração de alto entendimento equitativo do Poder Público, corrigindo uma injustiça e propiciando o retorno desses funcionários a operosidade do organismo rodoviário, o que em parte, deve-se aos laboriosos ocupantes dos referidos cargos, cuja contribuição é imprescindível ao perfeito e normal desenvolvimento do sistema rodoviário do Estado do Paraná.

Atente-se ainda que tais benefícios, além de corrigir uma injustiça funcional e a discriminação dos cargos de nível universitário daquele órgão, implicam em despesa mínima para o erário público, em face do número reduzido de funcionários que se encontram desamparados dos efeitos da mencionada Lei.

Por todas estas razões fundamentadas e sobremaneira justas, não só pelo aspecto humano, mas também por se tratar de medida de equidade funcional, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares à presente Proposição.

LEI N.º 6.156

DATA: 2 de outubro de 1970.

SÚMULA: Dá nova redação ao art. 10 da Lei n.º 5.957, de 20-6-69 e determina outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O artigo 10 da Lei n.º 5.957, de 20 de junho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 — Os atuais Professores de Educação Física e Orientadores Educacionais, em exercício específico dessas funções, portadores respectivamente de Curso Superior de Educação Física e diploma de Orientador Educacional, enquadrados atualmente no ensino primário ou médio, serão enquadrados mediante requerimento, os primeiros na classe de Professor Licenciado, nível “24”, e os seguintes, na classe de Orientador Educacional, nível “23”.

Parágrafo único — ... — vetado.

Art. 2.º — Os cargos isolados de provimento em Comissão, da Diretoria de Administração, Diretor da Diretoria da Despesa Fixa e Diretor do Departamento Estadual de Estatística, do Quadro Único do Pessoal da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, ficam elevados ao símbolo imediatamente superior da respectiva tabela de remuneração.

Art. 3.º — Aos integrantes da Série de Classes de Engenheiro, do Quadro Próprio de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, fica instituída uma gratificação mensal de produtividade, referente à administração e fiscalização de obras de serviços rodoviários, igual ao valor do vencimento fixo do respectivo cargo efetivo, serviços rodoviários, igual ao valor do vencimento fixo do respectivo cargo efetivo.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 2 de outubro de 1970.

aa) PAULO PIMENTEL

Joaquim dos Santos Filho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 226-73

Autor: Deputado OLAVO FERREIRA

PARECER

O Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira, visa estender os efeitos do art. 3.º da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, aos demais ocupantes de cargos de nível universitário do mesmo órgão, desde que se dediquem a horário de tempo integral.

A medida se me afigura justa, corrigindo uma injustiça com relação aos demais ocupantes de cargos de nível universitário do Quadro Próprio de Pessoal do D.E.R., que é em número reduzido, implicando em despesa mínima para o erário, além de estimular aqueles funcionários que possuem curso superior e que contribuem decisivamente para o funcionamento e desenvolvimento do Departamento que é um dos mais importantes órgãos administrativos do Estado.

Destarte, opino pelo ACOLHIMENTO do Projeto.

Sala das Comissões, em 14-11-73.

Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Wilson Fortes — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 226-73, de autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira, que estende aos efeitos do Artigo 3.º, da Lei n.º 6.156, de 02-10-1970, aos demais cargos de nível universitário, do Quadro Próprio de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem — DER-PR, e dá outras providências.

2. Ocorrendo, embora, implicação de ordem financeira na eventualidade de aprovação do plano de lei em análise, entende, esta Comissão de Finanças, que o Poder Público tem obrigação de assumi-la por seu significado social e mesmo legal, porquanto não é justo tratamento desigual para servidores de mesma categoria, como atualmente se verifica entre a gratificação mensal de produtividade a que fazem jus os integrantes da Série de Classes de Engenheiro do DER, e que é negada aos demais integrantes das Séries de Classes de nível universitário do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem — DER.

3. Isto posto, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Sala das Comissões, ... de ... de 1973.

Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Olavo Ferreira apresentou um Projeto que recebeu o número 226-73, estendendo os efeitos do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 2-10-70 aos ocupantes de cargos de nível universitário do Departamento de Estradas de Rodagem, desde que se dediquem ao horário de tempo integral.

Muito embora louvável a preocupação do Sr. Deputado autor desta proposição, devo lembrar aos Srs. Deputados que a Mensagem n.º 20-73 encaminhada por S. Exa. o Sr. Governador Emílio Gomes a esta Casa, pretende instituir a gratificação de produtividade aos engenheiros do DER e aos demais funcionários portadores de diploma de nível superior do quadro próprio do Poder Executivo.

Quer, portanto me parecer que aquela Mensagem atende o pretendido pelo Sr. Deputado Olavo Ferreira.

Daí porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no encaminhamento da votação solicito dos meus nobres Pares a rejeição deste Projeto de Lei para que não votemos nesta Casa, paralelamente, o mesmo benefício pretendido em duas proposições. De um lado este projeto de lei é inconstitucional, porquanto não compete ao Poder Legislativo legislar sobre matéria que crie ou aumente despesa. Por outro lado, todas as classes ocupantes de cargos universitários do órgão que pretende o ilustre legislador beneficiar, serão atingidos pelos benefícios propostos pelo Governador. Portanto, perfeitamente amparados pela nossa Carta Estadual e pela Constituição Federal. Razão pela qual, data vênica, o entendimento do ilustre Deputado representante de Londrina, solicito a rejeição deste Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto 226-73.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, eu requeiro de V. Exa. para que o Projeto de Lei de nossa autoria seja retirado de Pauta por 10 Sessões, até que a Lei seja votada nesta Casa, e posteriormente poderíamos até pedir seu arquivamento. Gostaríamos que ficasse fora de pauta até que a outra Lei fosse votada.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, as informações que tenho do Departamento Legislativo são as de que a Mensagem n.º 20-74, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e também referendada pela Comissão de Finanças, estaria tão somente no aguardo da sua inclusão na Ordem do Dia. É estranhável, Sr. Presidente, que muito embora este Projeto de Lei, com regime de urgência, já votado por esta Casa, numa das primeiras Sessões do corrente mês, não tenha tido providências no sentido da sua inclusão na Ordem do Dia e, apelar, portanto, a V. Exa. no sentido de que este Projeto consequência da Mensagem 20, fosse incluída para a Ordem do Dia da próxima Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento do Sr. Deputado Olavo Ferreira.

Aprovado.

Fica, em consequência, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei 226-73. 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232—73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, o veículo que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 232—73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Japira, o veículo “JEEP WILLYS”, motor n.º B 818.538, ano de fabricação 1958, chassis n.º 012.475. 4 cilindros, com 72 H. P., de propriedade da Secretaria de Agricultura e considerado inservível.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de viatura que, de há muito, vem prestando serviços àquela Municipalidade, estando a necessitar, agora, de reparos, a fim de poder continuar a ser utilizada.

Não convindo, por antieconômico, que tal veículo retorne ao Estado, e mais certo e justo é que ele seja doado àquela Prefeitura que, procedendo nos reparos necessários, poderá continuar contando com os seus serviços. É a razão deste Projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 232—73

Autor: — Deputado Gabriel Manoel.

I) — Conforme se depara pela Justificativa apresentada, o veículo objeto deste Plano de Lei já está sendo utilizado pela Prefeitura.

II) — Como não há impedimento de ordem legal ou constitucional e se trata de medida autorizatória, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21—11—73.

(Assinatura ilegível)

PRESIDENTE

Igo Iwant Losso

RELATOR

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 232—73

Autor: Deputado Gabriel Manoel

PARECER:

O presente projeto de lei aprovado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira. A ma.

téria é oportuna, tendo em vista que as Prefeituras Municipais são carentes de equipamentos desse tipo.

Parecer favorável.
Sala das Comissões, em 29-11-1973.
(Assinatura Ilegível)
PRESIDENTE
(Assinatura Ilegível)
(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25-74, de autoria do Dep. Borsari Netto, que transfere à Francisca Albanski Martinatto, a pensão mensal de Sezinando Martinatto da Cruz. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 25-74
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida à viúva FRANCISCA ALBANSKI MARTINATTO, a pensão mensal concedida a SEZINANDO MARTINATTO DA CRUZ, pelo Decreto n.º 883, de 25 de abril de 1966, por falecimento do beneficiário.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente lei correrá a conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICAÇÃO:

Pelo alto sentido humano e em consonância com as exigências sociais é de inteira justiça a transferência da pensão mensal concedida pelo Decreto n.º 883, de 25 de abril de 1966, ao Senhor SEZINANDO MARTINATTO DA CRUZ, em virtude de seu falecimento, em favor de sua viúva FRANCISCA ALBANSKI MARTINATTO, desta forma, estaria minorando sua precária situação financeira.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N.º 25-74

PARECER

Assinado pelo ilustre Deputado Borsari Netto, o Projeto de Lei em tela pretende transferir à viúva Francisca Albanski Martinatto, a pensão mensal concedida a Sezinando Martinatto da Cruz, pelo Decreto n.º 883, de 25 de abril de 1966, por falecimento do beneficiário.

A iniciativa me parece das mais justas e legalmente esta em condições de ser aprovada.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

aa) Fabiano Braga Cortes — Presidente

Quielse C. da Silva — Relator

Ivo Thomazoni

Ovidio Franzoni

Antonio Lopes Júnior

Erondy Silvério

Sebastião Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 162-73, 143, 159, 163, 171, 173, 177, 201, 282-73, 14-74, 18-74 e dos Projetos de Resolução n.ºs 15-73, 30-73 e 38-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 21-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando sejam enviados expedientes aos srs. Governador do Estado e Diretor da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, no sentido de que venham a ser expedidos títulos de domínio pleno sobre áreas já vistoriadas e de propriedade da referida Fundação, especialmente no Município de Nova Aurora e no Distrito de Cafelândia, Município de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à Federação Nacional dos Engenheiros e ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná, pela feliz iniciativa de homenagear seus filiados que exerceram esta profissão por mais de 50 anos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Copel, no sentido de que sejam efetivados estudos visando a extensão da rede de energia elétrica para o Bairro dos França, localizado no Município de Ortigueira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Bancada Federal para isentar as entidades assistenciais de todo o País, do pagamento da Taxa Rodoviária Única quando forem emplacar os veículos de sua propriedade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para que concretize o asfaltamento do trecho da velha estrada que liga o Paraná a São Paulo, a chamada estrada da Ribeira. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 280-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 225-73, 232-73 e 25-74.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 54-73 e 252-73.

Marcando ainda, uma Sessão para sexta-feira, dia 17, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.ºs. 162-73, 143-73, 159-73, 163-73; 171-73; 173-73; 177-73; 201-73; 282-73; 14-74 e 18-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Finanças

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa
Ata da 3.a Reunião Extraordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta (16 30) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Wilson Fortes, João Fadel, Alvaro Dias e Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 219-73 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, no Município de Matelândia. Relator Senhor Deputado Quielse C. da Silva, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 23-74 — Mensagem n.º 14-74, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de março do corrente, os vencimentos dos Cargos Efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado com substitutivo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE C. DA SILVA.

a) Teresinha B. Moura e Claro — Secretária.

Comissão de Constituição e Justiça

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa
Ata da 2.a Reunião Extraordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões desta Casa, às quatorze horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Sr. Dep. Fabiano Braga Cortes, e presentes os srs. Dep. Ivo Thomazoni, Sebastião Rodrigues Júnior, Nelson Buffara, Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, e atendendo convocação feita pelo Sr. Presidente da Comissão, compareceram os srs. Deputados Suplentes: Borsari Netto, Marciano Baranluk e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou da Ordem do Dia os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N.º 23-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 14-74, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva majorar os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como da PME. Relator Dep. Ivo Thomazoni. Parecer: favorável com substitutivo geral. Foram apresentadas duas emendas pelo Sr. Dep. Maurício Fruct e uma pelo Sr. Dep. Erondy Silvério. Em discussão e votação. Aprovado o parecer e o Substitutivo Geral, rejeitadas as três emendas. Voto vencido do Sr. Dep. Sebastião Rodrigues Júnior, às emendas apresentadas pelo Sr. Dep. Maurício Fruct. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 29-74, de autoria do Sr. Dep. Olavo Ferreira, Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presbiteriana de Curitiba. Relator Dep. Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 36-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem número 20-74, encaminhando anteprojeto de lei que altera a redação do art. 3.º, da Lei n.º 6.156, que dispõe sobre a Quota de Produtividade. Relator Dep. Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. O Sr. Dep. Sebastião Rodrigues Júnior, apresentou relatório às Proposições N.ºs 106-74 e 107-74, concluindo que os Votos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo sr. Presidente, Dep. Fabiano Braga Cortes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) Deputado FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

Comissão de Finanças

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa
Ata da 4.a Reunião Ordinária

Aos trinta (30) dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta (16 30) horas reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados: Wilson Fortes, João Fadel, Lopes Júnior e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 169-73 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do Município de Dois Vizinhos, cuja jurisdição abrangerá os Municípios de Verê, São Jorge D'Oeste e Salto do Lontra. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 5-74 — de autoria do Senhor Deputado Iris Caldart, que declara de utilidade pública, o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 11-74 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwanti Losso, que declara de utilidade pública o Lar São de Curitiba. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 36-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 20-74, encaminhando anteprojeto de lei que visa alterar a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do Artigo 3.º da Lei n.º 6.156 de 02.10.70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 247-73 — Aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Cianorte, com o objetivo de organizar o serviço de Rádio Patrulha daquela comuna. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, do qual para constar eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE C. SILVA — Presidente

a) Teresinha B. Moura e Claro — Secretária.